



COMISSÃO DE SAÚDE E PREVIDÊNCIA SOCIAL DA COPA

RECOMENDAÇÃO

**Foz do Iguaçu, Brasil
10 de maio de 2005**

CONSIDERANDO um dos objetivos do Plano Estratégico 2003-2007 da Organização Pan-Americana da Saúde que é “aumentar o número de países capazes de demonstrar a inclusão de prioridades em saúde na negociação e implantação dos acordos de comércio e de integração”;

CONSIDERANDO que os sistemas de saúde pública nas Américas podem ser afetados principalmente por dois acordos estabelecidos sob os auspícios da Organização Mundial do Comércio (OMC): pelo Acordo Geral para o Comércio de Serviços (GATS) e pelo Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (ADPIC), e também pelo eventual acordo da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA);

CONSIDERANDO que as mudanças ocorridas neste setor, em vários países das Américas e em outros lugares do mundo, tentam ceder mais espaço às empresas privadas na área da prestação de serviços de saúde;

CONSIDERANDO que, além de reduzir a margem de manobra dos governos, tais mudanças correm o risco de conduzir a um sistema de saúde em que o acesso aos serviços e a qualidade destes dependerão do poder aquisitivo dos pacientes;

CONSIDERANDO a gravidade dos problemas de saúde pública que atingem muitos países menos avançados, particularmente os decorrentes da AIDS, da gravidez de adolescentes, da tuberculose, do paludismo e de outras epidemias;

REITERANDO os engajamentos assumidos nas últimas reuniões da Comissão de Saúde e Previdência Social da COPA, em Ixtapan de la Sal, México em 2002, e em Caracas, Venezuela em 2003, de “defender o aspecto público e universal de nossos sistemas de saúde e não aprovar lei nem política alguma que visariam privatizá-los e privar assim os cidadãos mais desfavorecidos dos serviços a que têm direito”.

NÓS, representantes, homens e mulheres, dos congressos e das assembléias parlamentares dos Estados unitários, federais, federados e associados, dos parlamentos regionais e das organizações interparlamentares, reunidos em Foz do Iguaçu, Brasil, durante a VI Assembléia Geral da Confederação Parlamentar das Américas (COPA),

COMPROMETEMO-NOS em realizar consultas públicas e coordenar esforços de parcerias com grupos da sociedade civil a fim de conhecer as preocupações de nossas sociedades relacionadas à saúde, em sugerir que tais preocupações sejam incluídas nas políticas de saúde, e em propor aos nossos governos um maior financiamento dos serviços de saúde e encontrar soluções inovadoras para garantir a preservação destes;

COMPROMETEMO-NOS em informar nossos governos sobre as preocupações de nossas populações principalmente em relação à AIDS a fim de termos a certeza de que nossos governos as considerem ao elaborar suas propostas e suas estratégias de negociação;

EXIGIMOS que nossos governos comprovem uma maior transparência em relação aos impactos dos engajamentos comerciais exercidos no acesso aos serviços de saúde e aos medicamentos, e que integrem o enfoque no gênero;

CONVIDAMOS as comissões de saúde de nossos respectivos parlamentos a comunicar diretamente com os negociadores de nossos países a fim de ficarem informadas especificamente sobre o desenvolvimento das negociações e de inteirá-los das preocupações de nossos cidadãos em termos de saúde;

EXORTAMOS nossos governos a prestar contas diante das comissões de saúde de nossas respectivas assembléias em todas as etapas do processo de negociações, a fim de manter-nos informados e fazer-nos participar da elaboração dos objetivos, dos posicionamentos e dos engajamentos comerciais que exerçam impactos nos sistemas de saúde;

COMPROMETEMO-NOS em defender, junto à OMC ou qualquer outra instância internacional, o direito de cada Estado de efetuar reformas e tomar qualquer medida em termos de saúde pública;

COMPROMETEMO-NOS, a título de legisladores e legisladoras, em fazer com que os acordos internacionais adotados sejam implantados em nossos respectivos Estados de maneira restritiva a fim de atenuar os impactos dos acordos comerciais nos sistemas de saúde pública e manter o máximo possível o controle da elaboração das políticas neste setor;

COMPROMETEMO-NOS em trabalhar, em cooperação com nossos respectivos governos e em colaboração com a Organização Pan-Americana da Saúde, na elaboração de um acordo regional que teria preponderância sobre todo acordo comercial implantado nas Américas e, então, cujo objetivo seria proteger o direito de nossos Estados de preservar nossas próprias políticas de saúde pública;

EXORTAMOS os líderes políticos, independente de suas convicções pessoais, morais ou religiosas, a dar prioridade à saúde pública das populações, particularmente à saúde de adolescentes e jovens, através do uso de preservativos como meio preventivo de doenças como a AIDS, doenças sexuais transmissíveis e gravidez não desejada; e

RECOMENDAMOS a todos os parlamentares presentes na VI Assembléia Geral da COPA, realizada em Foz do Iguaçu, e principalmente à Rede de Mulheres Parlamentares das Américas, que assegurem um acompanhamento da presente recomendação diante de todas as comissões responsáveis pela equidade de gêneros nas assembleias parlamentares das Américas, e também nos organismos e ministérios responsáveis por este assunto nos governos das Américas, para que sejam sensibilizados sobre a importância de acompanhar de perto os acordos comerciais a fim de evitar que os sistemas de saúde pública não fiquem comprometidos; fato que afetaria as populações mais desfavorecidas, particularmente as mulheres.